

Primeira fábrica é do Senado

Senadores querem evitar que Bug apague o trabalho do Legislativo

A primeira fábrica de software do país já existe e vai funcionar no Senado Federal, mais especificamente, no Prodasen, o Centro de Processamento de Dados do Senado. A inauguração está marcada para a próxima quarta-feira. Trata-se de uma solução tecnológica que funciona em linha de montagem para modelar processos e desenvolver sistemas, além de resolver a situação do *bug* do milênio, o problema de leitura de data pelos computadores que só lêem a dezena. A partir do ano 2000, o mundo retornaria, para os micros, a 1900.

De acordo com a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Borges, a Fábrica de Software compõe-se de um conjunto de equipamentos, programas e recursos humanos que utilizando uma metodologia de modelagem de processos de trabalho, permite gerar de forma semi-automática, softwares e sistemas informatizados de informação.

"Na linha de montagem da fábrica, os problemas complexos, frutos de tarefas compostas, vão sendo desmembrados nas tarefas mais simples, tornando fácil diagnosticar as dificuldades e corrigi-las", disse a diretora. Ela lembrou ainda que além de aperfeiçoar os sistemas, vai otimizar o uso de pessoal e economizar recursos.

Em outras palavras, os equipamentos e programas da fábrica permitem aos técnicos, orientados pelos usuários, editar os diversos passos da rotina em análise, representando graficamente e em detalhes, cada tarefa a ser executada. "Fragmentado em suas atividades elementares,

o processo pode ser visualizado no computador, simulando inclusive o funcionamento do novo modelo", afirmou Regina Célia.

Além da Fábrica de Softwares, o Prodasen, que trabalha hoje com a Gráfica e uma rede de três mil micros do Senado, além de parte da Câmara dos Deputados, está cada vez mais perto de implantar a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, a Interlegis. É uma rede com mais de 70 mil parlamentares que vai ligar todas as casas legislativas municipais, estaduais ao Senado e à Câmara dos Deputados. O projeto foi anunciado pelo atual presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, há um ano e até dezembro Regina Célia espera que 1.500 casas legislativas estejam *online*.

Para tanto, o senador quer a liberação do financiamento de R\$ 25 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a compra de equipamento pelas câmaras e assembleias. O Distrito Federal e 14 estados já estão ligados na rede pela Internet (Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul), assim como 13 câmaras municipais de seis capitais – Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Fortaleza (CE) – e as de Camaçari (BA), Campina Grande e Mamanguape (PB), Paracatu e Sacramento (MG), Rio Bonito (RJ) e Pirenópolis (GO). O endereço da Interlegis é www.interlegis.gov.br e pode ser acessada também pela homepage do Senado:

● <http://www.senado.gov.br>.

FÁTIMA XAVIER

Repórter do Jornal de Brasília